

FABÍOLA ALBUQUERQUE LOBO  
MARCOS EHRHARDT JÚNIOR  
RODOLFO PAMPLONA FILHO

*Coordenadores*

Paulo Luiz Netto Lôbo  
*Coordenação científica*

# BOA-FÉ E SUA APLICAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO

Belo Horizonte



2017

© 2017 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

### Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Márcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra



Lúis Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949  
[www.editoraforum.com.br](http://www.editoraforum.com.br) – [editoraforum@editoraforum.com.br](mailto:editoraforum@editoraforum.com.br)

B662 Boa-fé e sua aplicação no Direito brasileiro/ Fabíola Albuquerque Lôbo, Marcos Ehrhardt Júnior, Rodolfo Pamplona Filho (Coord.)– Belo Horizonte : Fórum, 2017.

398 p.

ISBN 978-85-450-0270-3

1. Direito Civil. 2. Direito Empresarial. 3. Direito do Consumidor. I. Lôbo, Fabíola Albuquerque. II. Ehrhardt Júnior, Marcos. III. Pamplona Filho, Rodolfo. IV. Título.

CDD 342.1  
CDU 347

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

LOBO, Fabíola Albuquerque; EHRHARDT JÚNIOR, Marcos; PAMPLONA FILHO, Rodolfo (Coord.). *Boa-fé e sua aplicação no Direito brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 398 p. ISBN 978-85-450-0270-3.

1100917

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
-------------------	----

PARTE I  
O PROBLEMA DA DELIMITAÇÃO CONCEITUAL DA  
BOA-FÉ NO ORDENAMENTO BRASILEIRO

## CAPÍTULO 1

BOA-FÉ NO DIREITO CIVIL: DO PRINCÍPIO JURÍDICO AO  
DEVER GERAL DE CONDUTA

<b>Paulo Lôbo</b> .....	15
1.1 Trajetória da afirmação da boa-fé no direito civil brasileiro.....	15
1.2 A boa-fé como princípio jurídico, e não cláusula geral ou conceito indeterminado .....	17
1.3 A incidência da boa-fé nos direitos das pessoas, dos negócios jurídicos, das famílias, das obrigações, dos contratos, das coisas e das sucessões .....	19
1.4 A boa-fé como dever geral de conduta .....	21
1.5 Deveres gerais de conduta de boa-fé antes e após a execução dos negócios jurídicos.....	24
1.6 Aplicações específicas da boa-fé .....	25
1.6.1 Dever de não agir contra o ato próprio.....	25
1.6.2 Boa-fé e dever de informar.....	27
Referências.....	30

## CAPÍTULO 2

## DELIMITAÇÃO CONCEITUAL DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ

<b>Rodolfo Pamplona Filho</b> .....	31
2.1 A boa-fé como um princípio jurídico .....	31
2.2 Boa-fé objetiva e boa-fé subjetiva .....	33
2.3 Compreendendo o princípio da boa-fé objetiva .....	35
2.4 Funções da boa-fé objetiva .....	37
2.4.1 Função interpretativa e de colmatação.....	37
2.4.2 Função criadora de deveres jurídicos anexos ou de proteção .....	39
2.4.2.1 Deveres de lealdade e confiança recíprocas .....	39
2.4.2.2 Dever de assistência.....	41
2.4.2.3 Dever de informação.....	42
2.4.2.4 Dever de sigilo ou confidencialidade .....	44
2.4.3 Função delimitadora do exercício de direitos subjetivos .....	44
2.5 A boa-fé objetiva e o art. 422 do Código Civil brasileiro.....	45
2.6 Desdobramentos da boa-fé objetiva .....	50
2.6.1 <i>Venire contra factum proprium</i> .....	51
2.6.2 <i>Supressio</i> .....	53
2.6.3 <i>Surrectio</i> .....	54

2.6.4	<i>Tu quoque</i> .....	54
2.6.5	<i>Exceptio doli</i> .....	55
2.6.6	Inalegabilidade das nulidades formais .....	56
2.6.7	Desequilíbrio no exercício jurídico .....	57
2.6.8	Cláusula de <i>Stoppel</i> .....	57
	Referências.....	58

### CAPÍTULO 3

#### A BOA-FÉ COMO LIMITADORA DA AUTONOMIA PRIVADA NO EXERCÍCIO DA DISPONIBILIDADE DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

<b>Maria Carla Moutinho Nery</b> .....	61	
3.1	Introdução .....	61
3.2	O princípio da boa-fé como limitador da autonomia privada.....	62
3.2.1	O princípio da autonomia privada .....	64
3.2.2	A disponibilidade dos direitos da personalidade e a boa-fé .....	66
3.3	Conclusão .....	72
	Referências.....	72

### PARTE II

#### REFLEXOS DA BOA-FÉ NO CAMPO OBRIGACIONAL

### CAPÍTULO 4

#### INSUFICIÊNCIA DA TEORIA ECONÔMICA DO CONTRATO COMO INSTRUMENTO PARA DELIMITAÇÃO DO CONTEÚDO DA BOA-FÉ OBJETIVA

<b>Geraldo Frazão de Aquino Jr.</b> .....	79	
4.1	Considerações iniciais.....	79
4.2	Racionalidade econômica no domínio contratual .....	80
4.3	Análise econômica do direito e o fenômeno jurídico.....	85
4.4	A análise econômica do direito e a boa-fé .....	94
4.5	Crítica à análise econômica do direito .....	96
4.6	Considerações finais .....	101
	Referências.....	103

### CAPÍTULO 5

#### CONTRATOS EXISTENCIAIS, DE LUCRO E HÍBRIDOS ENTRE A TEORIA DA CAUSA OBJETIVA E A BOA-FÉ

<b>Raphael Fraemam Braga Viana</b> .....	105	
5.1	Prolegômenos .....	105
5.2	A crise no modelo solidarista de contrato .....	106
5.3	Instabilidades na taxonomia da classificação contratual no direito privado .....	113
5.4	A ideia da operação econômica no direito contratual e a classificação de Antônio Junqueira de Azevedo.....	115
5.5	A importância da finalidade na celebração dos negócios jurídicos .....	118

5.6	A utilização das ferramentas da teoria da causa objetiva para determinar a finalidade do negócio jurídico .....	119
5.7	Considerações iniciais acerca da boa-fé objetiva .....	125
5.8	A boa-fé objetiva nos contratos existenciais .....	126
5.9	A boa-fé objetiva nos contratos de lucro .....	128
5.10	A boa-fé objetiva nos contratos híbridos .....	130
5.11	Considerações finais .....	132
	Referências .....	133

## CAPÍTULO 6

### OS VÍCIOS DE DESCONFORMIDADE E O INADIMPLEMENTO CONTRATUAL DECORRENTE DA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ

<b>Fabiola Albuquerque Lobo, Cora Cristina Ramos Barros Costa</b> .....	137
6.1 Introdução .....	137
6.2 O princípio da boa-fé e os deveres gerais de conduta .....	139
6.3 Princípio da informação no CDC .....	142
6.4 Espécies de responsabilidade civil no CDC e a teoria da qualidade .....	144
6.5 Responsabilidade por vícios de desconformidade .....	145
6.6 Exemplos de julgados sobre vício de desconformidade .....	147
6.7 Conclusão .....	152
Referências .....	153

## CAPÍTULO 7

### REDUÇÃO DA INDENIZAÇÃO PELA VIOLAÇÃO DA BOA-FÉ POR PARTE DA VÍTIMA

<b>Everilda Brandão Guilhermino</b> .....	155
7.1 Da responsabilidade civil ao direito de danos .....	155
7.2 A boa-fé como dever jurídico na mitigação de danos .....	158
7.3 A funcionalização da responsabilidade civil .....	160
7.4 O abuso de direito pela vítima de danos e a redução do <i>quantum debeatur</i> .....	163
Referências .....	168

## PARTE III

### BOA-FÉ E SUA UTILIZAÇÃO NO DIREITO DAS FAMÍLIAS E SUCESSÕES

## CAPÍTULO 8

### A VULGARIZAÇÃO NA UTILIZAÇÃO DOS PRINCÍPIOS E A SUBJETIVAÇÃO DO DIREITO CIVIL: UM RECORTE SOBRE A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ NO DIREITO DE FAMÍLIA

<b>Dimitre Braga Soares de Carvalho</b> .....	173
8.1 Introdução .....	173
8.2 Do desvirtuamento da utilização dos princípios no direito de família .....	174

8.3	A configuração do princípio da boa-fé no direito de família: aspectos materiais e processuais .....	180
8.4	A vulgarização da utilização do princípio da boa-fé e o decisionismo judicial no direito de família .....	184
8.5	A convivência (nem sempre pacífica) do objetivismo da norma codificada e o subjetivismo da interpretação dos magistrados: a versão brasileira.....	186
8.6	Conclusão .....	190
	Referências.....	190

## CAPÍTULO 9

### A PLASTICIDADE DA BOA-FÉ NO CONCUBINATO

<b>Luciana Brasileiro</b> .....	193
Referências.....	201

## CAPÍTULO 10

### FILIAÇÃO: NATUREZA JURÍDICA, AUTONOMIA E BOA-FÉ

<b>Maria Rita Holanda</b> .....	203
10.1 A natureza jurídica da filiação no sistema jurídico brasileiro .....	203
10.2 Princípios constitucionais incidentes .....	208
10.3 Autonomia da vontade, autonomia privada, autonomia existencial/autodeterminação e as dimensões do planejamento familiar.....	219
10.4 Boa-fé subjetiva e a boa-fé objetiva nas relações parentais .....	223
10.5 Conclusão .....	225
Referências.....	226

## CAPÍTULO 11

### O PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA NO RECONHECIMENTO DOS FILHOS E A OMISSÃO DA VERDADE BIOLÓGICA

<b>Camila Buarque Cabral, Karina Barbosa Franco</b> .....	229
11.1 Introdução .....	229
11.2 A boa-fé objetiva no direito de família.....	231
11.2.1 A boa-fé objetiva e a tutela da confiança: proibição do comportamento contraditório ( <i>venire contra factum proprium</i> ).....	235
11.2.2 A boa-fé e a omissão da paternidade biológica .....	238
11.2.3 O abuso de direito por violação à boa-fé objetiva e o dever de indenizar.....	241
11.3 Análise dos julgados do STJ .....	245
11.4 Conclusão .....	247
Referências.....	248

## CAPÍTULO 12

### A APLICABILIDADE DA TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL EM MATÉRIA DE DÍVIDA ALIMENTAR E O PRINCÍPIO DA BOA-FÉ

<b>Edmilson Cruz Júnior</b> .....	251
12.1 Introdução .....	251
12.2 A prestação alimentar.....	252

12.2.1	Definição.....	252
12.2.2	Prisão civil.....	255
12.2.3	A ação de execução de alimentos.....	256
12.2.4	A prisão civil diante do pagamento parcial.....	258
12.3	O princípio da boa-fé e a teoria do adimplemento substancial.....	259
12.3.1	A teoria do adimplemento substancial no STJ.....	260
12.3.2	A aplicação da teoria do adimplemento substancial na execução de alimentos.....	264
12.3.3	O adimplemento substancial e a prisão civil.....	265
12.4	Um critério de segurança jurídica.....	269
12.5	Considerações finais.....	271
	Referências.....	272

## CAPÍTULO 13

### REFLEXÕES ACERCA DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA EM MATÉRIA DE INDIGNIDADE SUCESSÓRIA

<b>Patrícia Ferreira Rocha</b> .....	275	
13.1	Introdução.....	275
13.2	A delimitação do conceito de boa-fé objetiva.....	276
13.3	Direito das sucessões.....	278
13.4	A indignidade sucessória.....	280
13.5	Aplicação do princípio da boa-fé objetiva à indignidade sucessória.....	285
13.6	Conclusão.....	290
	Referências.....	291

## PARTE IV

### DIÁLOGOS DA BOA-FÉ COM MICROSSISTEMAS: A EXPANSÃO DE SUA UTILIZAÇÃO

## CAPÍTULO 14

### A BOA-FÉ NAS RELAÇÕES DE CONSUMO: INFORMAÇÃO E DEFESA DO CONTRATANTE VULNERÁVEL NAS SITUAÇÕES DE SUPERENDIVIDAMENTO

<b>Gustavo Henrique Baptista Andrade</b> .....	297	
14.1	Introdução.....	297
14.2	Direito civil e direito do consumidor: uma interlocução necessária.....	300
14.3	Princípios liberais e sociais do contrato.....	304
14.4	A boa-fé nas relações de consumo.....	309
14.5	Dever geral de informação.....	311
14.6	A boa-fé nas situações de superendividamento do consumidor ...	316
14.7	Síntese conclusiva.....	318
	Referências.....	319

## CAPÍTULO 15

## A BOA-FÉ E SUA REPERCUSSÃO DA TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL NOS CONTRATOS DE SEGUROS INTEREMPRESARIAIS

**Danilo Rafael da Silva Mergulhão, José Claudio Oliveira**

<b>Mergulhão Júnior</b> .....	323
15.1 Os contratos de seguro e a boa-fé .....	323
15.2 Função social dos contratos de seguro.....	326
15.3 A aplicação do adimplemento substancial nos contratos de seguro pelos tribunais brasileiros com fundamento na boa-fé objetiva.....	332
15.4 Conclusões.....	338
Referências.....	341

## CAPÍTULO 16

## CONVOLAÇÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FALÊNCIA: UMA ANÁLISE SOB A LUZ DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ E DA TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL

**José Barros Correia Junior, Paula Falcão Albuquerque**..... 345

16.1 Introdução .....	345
16.2 Recuperação judicial e a convolação em falência por descumprimento do plano.....	348
16.3 Teoria do adimplemento substancial .....	352
16.4 O descumprimento do plano de recuperação judicial, boa-fé e a teoria do adimplemento substancial como meio de obstaculizar a convolação em falência.....	357
16.5 Considerações finais .....	364
Referências.....	365

## CAPÍTULO 17

## BOA-FÉ OBJETIVA OU PROTEÇÃO À CONFIANÇA? QUAL PRINCÍPIO APLICAR NAS RELAÇÕES ENTRE O ESTADO E O PARTICULAR TUTELADAS PELO DIREITO ADMINISTRATIVO

**Danilo Moura Lacerda, Marcos Ehrhardt Júnior**..... 367

17.1 Introdução .....	367
17.2 As funções da boa-fé objetiva e seu efeito expansivo .....	369
17.3 O princípio da proteção da confiança legítima.....	376
17.4 Cotejo entre posições doutrinárias divergentes.....	381
17.5 Hipóteses de aplicabilidade da boa-fé objetiva à Administração Pública.....	386
17.6 Conclusão .....	391
Referências .....	392

<b>SOBRE OS AUTORES</b> .....	395
-------------------------------	-----